

Acesso à informação de pessoas com deficiência auditiva e com surdez no ambiente educacional

Access to information for people with hearing impairment in the educational environment

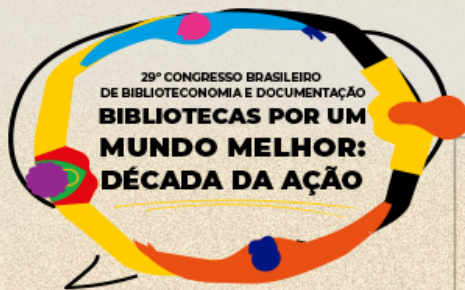
Tatiane Lemos Alves, Instituto Federal do Sertão Pernambuco –
tatiane.lemos@ifsertao-pe.edu.br

Eixo 1- Não deixar ninguém para trás

1 INTRODUÇÃO

Pensando em instituições de ensino mais inclusivas devemos seguir dois princípios básicos, a inclusão e equidade. Esses princípios estão ligados tanto ao acesso à informação quanto à educação e em todos os setores da sociedade permitindo assim à promoção a cidadania.

Seguindo este pensamento, para que a sociedade seja inclusiva principalmente para pessoas com deficiência, ela deve atender às seis dimensões de acessibilidade, a saber: i) Arquitetônica: elimina barreiras em todos os ambientes físicos (internos e externos) da escola, incluindo o transporte escolar; ii) Comunicacional: transpõe obstáculos em todos os âmbitos da comunicação, considerada nas suas diferentes formas (falada, escrita, gestual, língua de sinais, digital, entre outras); iii) Metodológica: facilita o acesso ao conteúdo programático oferecido pelas escolas, ampliando estratégias para ações na comunidade e na família, favorecendo a inclusão; iv) Instrumental: possibilita a acessibilidade em todos os instrumentos, utensílios e equipamentos, utilizados na escola, nas atividades de vida diária, no lazer e recreação; v) Programática: combate o preconceito e a discriminação em todas as normas, programas, legislação em geral que impeçam o acesso a todos os recursos oferecidos pela sociedade, promovendo a inclusão e a equiparação de oportunidade; vi) Atitudinal: extingue todos os tipos de atitudes preconceituosas que impeçam o pleno desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência. (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2008).



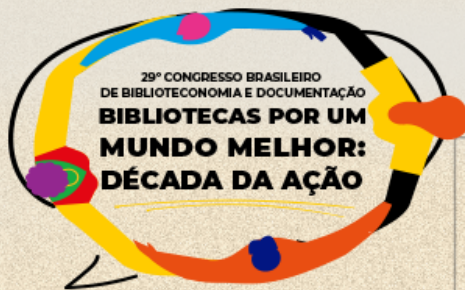
A acessibilidade é um ponto crucial para permitir que toda pessoa com deficiência possa ter seus direitos garantidos. De acordo com as Diretrizes da ONU na publicação Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no artigo 9, a acessibilidade é entendida como

...medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, **à informação e comunicação**, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (BRASIL, 2008) (*Grifo nosso*).

No que se refere ao acesso à informação, esta mesma convenção assegura inclusive a liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias. A informação nesse contexto pode ser entendida como uma mensagem ou dados que são comunicados sobre um assunto específico.

A referida Convenção indica também que algumas medidas devem ser tomadas para garantir o acesso à informação pelas pessoas com deficiência, tais como: a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência; c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência; d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência; e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, 2008)

Neste sentido o objetivo geral desta pesquisa foi verificar os recursos disponibilizados aos deficientes auditivos para permitir seu o acesso à informação no ambiente educacional. Para tanto, traçou-se os seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar os tipos de deficiência auditiva; b) Identificar na literatura os recursos disponíveis para comunicação das pessoas com deficiência auditiva; c)



Relacionar os recursos e sua utilização para o acesso à informação, no âmbito educacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O caminho trilhado pela educação inclusiva é marcado por desafios que ainda precisam ser superados. Ao longo dos anos, foram implementadas algumas políticas de inclusão tanto a nível nacional quanto internacional, o que é considerado um grande avanço. No entanto para a efetivação da inclusão seja na comunidade escolar ou em qualquer outro setor, faz-se necessário que as diretrizes estabelecidas por meio das políticas públicas sejam associadas à adoção de medidas concretas que alcancem o âmbito escolar e toda a sociedade.

Assim, partindo do princípio da diversidade que deve ser respeitada, devemos conhecer cada indivíduo e suas especificidades, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência.

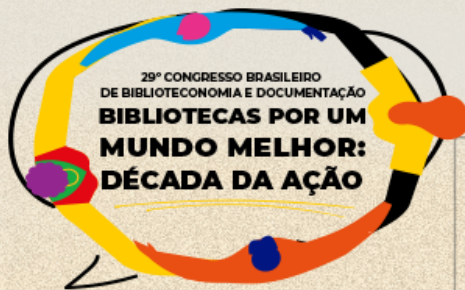
Entende-se por pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2015)

Para fins desse estudo, apesar do amplo universo das tipologias apresentadas no contexto da educação inclusiva, iremos tratar das pessoas com deficiência auditiva. Esta deficiência se refere a perda gradativa da audição, que dificulta a percepção e

o entendimento da fala e de outros sons, podendo ser classificada como leve, moderada, severa ou profunda de acordo com os decibéis atingidos. Entre as variações da deficiência auditiva existe a surdez. (AGNOL et. al, 2015a)

3 MÉTODO DA PESQUISA

A metodologia adotada para atender a este estudo foi pesquisa como bibliográfica. Segundo Gil (2002), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso, tendo como sua principal



vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conhecer as tipologias dentro da deficiência auditiva foi o primeiro passo para entender como se dar o acesso à informação por meio dos recursos disponibilizados no ambiente educacional, uma vez que cada indivíduo tem suas especificidades e isso precisa ser respeitado para que se amplie e concretize o processo de ensino aprendizagem.

Rodrigues et.al (2021) esclarecem quem são as pessoas surdas:

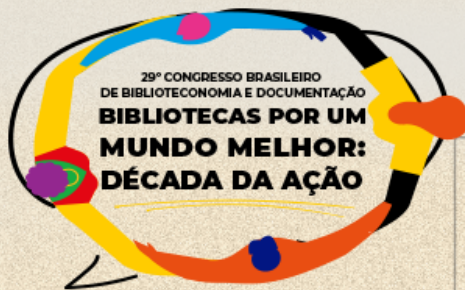
O termo “surdo” é definido juridicamente pelo Decreto 5.626, de 22 dezembro de 2005 (que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002), da seguinte maneira: pessoa surda é “aquela que, por ter perda au-ditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Ou seja, o estudante surdo é aquele que se desenvolve cognitivamente e socialmente com o uso da Libras.

As autoras ainda elucidam sobre o termo deficiência auditiva

Por sua vez, o conceito de deficiência auditiva é definido legalmente como “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005). Nesse sentido, destaca-se que surdez e deficiência auditiva não são sinônimos, visto que esta última não possui uma definição relacionada ao uso da Libras. Assim, a pessoa com deficiência auditiva pode, no lugar da Libras, preferir utilizar outros recursos para comunicação (como a leitura labial, por exemplo).

Uma vez que a audição normal caracteriza-se pela habilidade de detecção de sons até 25 decibéis, a deficiência auditiva pode ser graduada da seguinte forma: Deficiência auditiva leve: entre 25 a 40 dB; Deficiência auditiva moderada: entre 45 a 70 dB; Deficiência auditiva severa: a faixa é de 75 a 90dB; Deficiência auditiva profunda: a habilidade de detecção de sons acima de 90 dB.(LOUREIRO, 2004)

Segundo Marchesi (2004) as pessoas com surdez profunda têm perdas



auditivas maiores, o que dificulta bastante à aquisição da linguagem oral através da via auditiva e tem a visão como principal vínculo com o mundo exterior e como primeiro canal de comunicação.

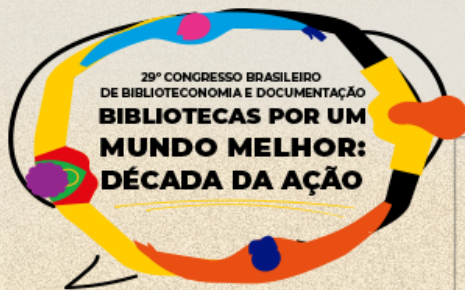
Conforme Domingues et. al. (2009), existem várias formas da pessoa com surdez terem acesso à informação e interagirem, sendo elas: aqueles que utilizam a Língua de Sinais como primeira língua; aqueles utilizam a Língua Portuguesa como primeira língua, ou seja, os surdos oralizados; além do bilinguismo, para os que utilizam a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita; e ainda a comunicação através do uso de gestos criados no entorno familiar para aqueles que não são oralizados e não conhecem a Língua de Sinais.

Diante do exposto e das alternativas apresentadas na literatura, às pessoas com deficiência auditiva, tem acesso à informação utilizando a Língua Portuguesa, além de recursos como: a) Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; b) mediação dos Tradutores Intérpretes de Libras; e c) Legendas.

Como descrito anteriormente a Língua Brasileira de Sinais é um dos recursos utilizados para estabelecer a comunicação da pessoa com surdez. Desde 2002 com a aprovação da Lei 10.436, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS foi oficialmente reconhecida no Brasil como “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002).

A Libras possui suas características linguísticas próprias, assim Ferreira (1997, p. 23), nos revelam:

A LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem em cidades do Brasil onde existem comunidades surdas, portanto não é uma língua universal.



Como na realidade da sociedade brasileira, o número de pessoas que utilizam Libras com fluência é muito reduzido, cabe ao Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) o papel de mediar às relações e as línguas na comunicação entre ouvintes não fluentes em Libras e os surdos.

O profissional Tradutor Intérprete de Libras é a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. (BRASIL, 2004)

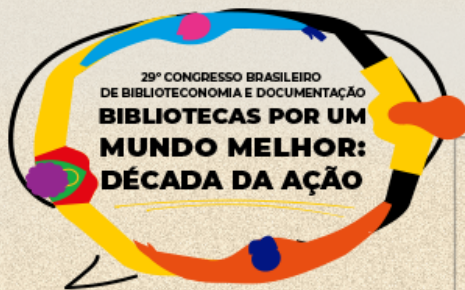
Outro recurso bastante utilizado para tornar a informação mais acessível para a comunidade surda são as legendas. Elas são utilizadas também para as pessoas com deficiência auditiva severa, para dirimir as barreiras da comunicação. As legendas são inseridas tanto em áudio quanto em vídeo utilizados nas aulas.

Legendas são textos sincronizados equivalentes ao conteúdo de áudio. Existem três tipos de legenda: a) Closed caption (CC): deverá ser ativada para começar a aparecer no vídeo; b) Open caption (OC): está sempre visível; c) Real time caption (legenda em tempo real): representam as legendas de vídeo ao vivo, ou seja, são criadas simultaneamente à apresentação do vídeo por pessoal especializado, utilizando softwares e equipamentos especiais. (AGNOL; SALTON; NERVISN, 2015b)

Esses recursos apresentados podem ser utilizados de forma concomitante dependendo da necessidade e finalidade da ação educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Sasaki (2022) “a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem”. E esse cuidado deve se estender a informação e seu acesso. Para que as pessoas com deficiência não sejam falsamente incluídas no ambiente educacional, a informação deve estar acessível.



Diante da pluralidade de informações disponibilizadas na sociedade do conhecimento, o acesso à informação, além de ser uma necessidade de todo ser humano, é um direito fundamental assegurado por lei.

Além de garantia do acesso de estudantes com deficiência no contexto da escola regular é preciso assegurar a qualidade das práticas educacionais no cotidiano da escola para que se possibilite a permanência, o sucesso acadêmico e a emancipação desses estudantes. (PIMENTEL,2016)

O acesso à informação é uma das formas de assegurar essa permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. E este acesso para as pessoas com deficiência auditiva deve explorar bastante os recursos apresentados e ir em busca de novos recursos de tecnologias assistivas.

REFERÊNCIAS

AGNOL, Anderson Dall et. al. O público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. In: SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano (org) **O uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva**. Bento Gonçalves (RS): IFRS, 2015a. Cap. 3, p. 56-106.

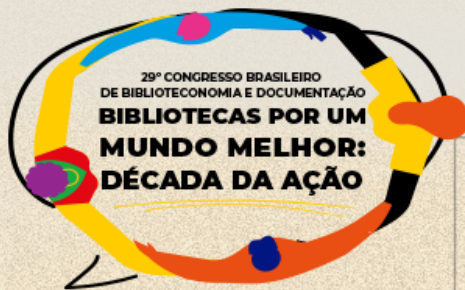
AGNOL, Anderson Dall ; SALTON, Bruna Poletto; NERVISN, Lael. Recursos Pedagógicos acessíveis. In: SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano (org)**O uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva**. Bento Gonçalves (RS): IFRS, 2015b. Cap. 4, p. 107-164.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 186** de 09 de julho de 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>. Acesso em 22 set. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 22 set. 2021

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de língua Brasileira de sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC;SEESP, 2004. 94 p

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 25 jan. 2020.



DOMINGUES, Celma dos Anjos et. al.,. **Acessibilidade na Comunicação**. In: MANTOAN, M. T.; BARANAUSKAS, M. C. C. (Org.) **Atores da Inclusão na Universidade: Formação e Compromisso**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2009.

FERREIRA, Lucinda Brito. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1997. (Série Atualidades Pedagógicas)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LOUREIRO, C. B. C. **Informática na educação de surdos: Processo de Apropriação da Escrita da Língua de Sinais e da Escrita da Língua Portuguesa**. 2004. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento e educação das crianças surdas**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS Jesús e colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. v. 3, 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIMENTEL, Susana Couto. **O desenvolvimento de uma práxis social inclusiva: uma proposta para a transformação do cotidiano escolar**. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães (org.) **Práticas de inclusão escolar: um diálogo multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2016. p.11-24.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. **Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo: ano 5 nº. 24, jan./fev. 2002. p.6-9

RODRIGUES, Sara dos Santos. **Surdez e deficiência auditiva**. In: In: PLETSCHE, Márcia Denise, et al. (orgs). **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021. Disponível em: <https://incluir.org/wp-content/uploads/2021/05/Ebook-Acessibilidade-e-Desenho-Universal-na-Aprendizagem.pdf> Acesso em: 10 set. 2022